



Ofício Nº116/2015 GSCNOG

Brasília-DF, 16 de dezembro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor  
**Senador RENAN CALHEIROS**  
Presidente do Senado Federal

**Assunto: Relatório Missão Oficial - Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas**

Senhor Presidente,

Com os cordiais cumprimentos e a propósito da solicitação da **Secretaria Geral da Mesa**, dirijo-me a Vossa Excelência para prestar informações, nos termos do Parágrafo Único do Art. 70 da Constituição Federal, acerca da viagem oficial realizada à Paris, França, para participar da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, ocorrida no mês corrente.

A Assembléia tratou como um dos seus temas centrais as Legislações nacionais adequadas e investimentos que serão necessários para o desenvolvimento sustentável e o combate às mudanças climáticas.

Em 2009, haviam cerca de 400 leis sobre preservação do clima. No último ano, esse número já estava acima de 800. Demonstrando que a arquitetura global legislativa está evoluindo.

Discursou o presidente da Organização Não-Governamental R20 – Rede de Regiões para a Ação Climática, cujo objetivo é ajudar governos regionais em todo o mundo na implementação de projetos que tenham como foco o desenvolvimento sustentável e o combate às mudanças climáticas.

Com a apresentação dos painéis temáticos com especialistas convidados foram abordados vários temas, dentro os quais destacam:

- Conduzindo o mundo rumo a uma economia verde;
- Da Climatologia à ação parlamentar;
- Gênero, Juventude e aspectos comportamentais das políticas climáticas;





- Energia verde: em busca de um planeta mais saudável e mais habitável;

Após a exposição de vários especialistas sobre os temas discutidos, os parlamentares elencaram, as prioridades para a ação global eo debate final versou sobre os desafios após o Acordo de Paris, que seria assinado ao término da COP21.

Os parlamentares aprovaram o documento final, elaborado pelo relator. Esse documento inclui um Plano de Ação Parlamentar, com metas claras para aprovação do Acordo de Paris em cada parlamento, bem como a introdução de emendas em leis já existentes caso seja necessário. Recomenda, ainda, a inserção de mecanismos de supervisão das medidas adotadas pelos governos, finalizando com a aprovação de orçamento adequado para sua implementação.

O Plano de Ação será formalmente adotado pela União Interparlamentar em sua próxima assembleia, em março de 2016, na cidade de Lusaka.

Neste evento, parlamentares e especialistas discutiram estudos recentes sobre mudanças climáticas e as metas com as quais cada país se comprometeu para controlar o aumento da temperatura do planeta. Um dado importante é que o Brasil apresentou uma das metas mais ambiciosas entre 188 países.

Na sequência da adoção do Acordo de Paris pela COP21, o documento será depositado na sede da ONU, em Nova York, e permanecerá aberto para assinatura durante um ano, a partir de 22 de abril de 2016.

O acordo entrará em vigor após 55 países responsáveis por, pelo menos, 55% das emissões globais ratificarem o documento.

Atenciosamente,

**Senador CIRO NOGUEIRA**